



PASTORAL DA TERRA

Outubro a Dezembro de 2021

Ano 46 – Nº 252

Foto: Andressa Zumpano



Do Estado ao latifúndio, a violência avança

Págs.: 8 e 9

Foto: Agatha Azevedo



*Violência contra ocupação
e a posse, assassinatos de
sem-terras e mortes em
consequência disparam
em 2021*

Pág.: 7

EDITORIAL

O esperar e de um novo ano

Nessa última edição do Jornal Pastoral da Terra do ano, na mensagem de Natal trazemos o verbo “esperança”. Ação difícil na conjuntura política e contexto social atual que vivemos. Mas nunca foi tão necessário ter esperança. Basear-nos nos ensinamentos dos povos tradicionais, que resistem a centenas de anos, o que são mais 3 ou 4 anos, diante de tudo que já passaram e que sempre lutaram? Então vamos esperar no novo ano que se aproxima. Esperar e sonhar com um novo mundo, com saúde e alimento para todos e todas. Esperancemos um novo ciclo em 2022!

Essa edição traz balanços de dados da investida contra os povos do campo, das florestas e das águas. O “Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2020”, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), apresenta o retrato de um ano trágico para os povos originários no país. A grave crise sanitária provocada pela pandemia do coronavírus, ao contrário do que se poderia esperar, não impediu que grileiros, garimpeiros, madeireiros e outros invasores intensificassem ainda mais suas investidas sobre as terras indígenas. O segundo ano do governo de Jair Bolsonaro representou, para os povos originários, a continuidade e o aprofundamento de um cenário extremamente preocupante em relação aos seus direitos, territórios e vidas. Já o “Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico”, organizado pela Articulação das CPT’s da Amazônia, ganhou versão impressa, que foi lançada no Amapá em outubro. A publicação é o resultado do mapeamento de conflitos em quatro dos nove países que formam a Pan-Amazônia, cobrindo 86% do território, com dados de 2017 e 2018.

A CPT traz os dados parciais de conflitos no campo em 2021. A análise foi lançada no Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, e aponta que a violência contra ocupação e a posse, assassinatos de sem-terras e mortes em consequência dispararam neste ano. Além disso, entre janeiro e novembro de 2021, foram registrados 26 assassinatos em conflitos no campo. Um aumento de 30% em relação a todo o ano anterior, quando foram registrados 20 assassinatos. Somente no estado de Rondônia, cinco trabalhadores rurais sem-terra foram mortos. Denúncias apontam a criminalização e perseguição da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) pela Polícia Militar de Rondônia, que realizou em outubro a maior operação de reintegração de posse no estado.

Fazemos memória dos 6 anos do crime de Mariana (MG), que é considerado o maior crime socioambiental da história do Brasil. Até hoje, atingidos e atingidas ainda lutam por direitos básicos de reparação enquanto a empresa Samarco retoma suas atividades. Entre os dias 30 de novembro e 01 de dezembro, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado realizou, de forma virtual, a Audiência Temática das Águas no âmbito do Tribunal Permanente dos Povos (TPP) em Defesa dos Territórios do Cerrado. O foco da audiência foi a escuta das denúncias de apropriação privada das águas do Cerrado pelo agronegócio, e sua contaminação pela mineração como processos provocadores de injustiça hídrica e racismo ambiental contra os povos.

No dia 23 de outubro, o grupo Amigos da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), junto com a CPT, CIMI e outras entidades, realizaram uma live comemorando os 50 anos da ordenação episcopal do bispo Pedro Casaldáliga e do lançamento de sua Carta Pastoral “Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”. Participaram do evento pessoas que estiveram presentes na cerimônia, e outras pessoas que se identificaram com o modelo de igreja implantado por Pedro e sua equipe. Em novembro, as agentes mulheres da CPT realizaram um Encontro, de forma virtual, e Linalva Cunha, da CPT Maranhão nos traz o relato.

Boa leitura, feliz Natal e que esperancemos em 2022!



PUBLICAÇÕES

Plantô, Brotô: produção de alimentos e conservação de sementes crioulas



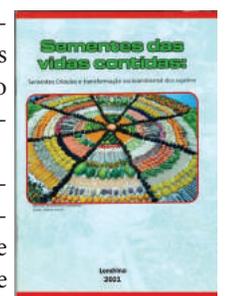
A Rede Sementes da Agroecologia (ReSA) desenvolveu uma cartilha que aborda o trabalho, as experiências e os saberes tradicionais e culturais das famílias guardiãs de sementes crioulas no Paraná. O material é resultado do Projeto Emergencial de Conservação e Multiplicação da Agrobiodiversidade, realizado pela Rede com apoio do Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT/PR). Nessa grande roda, estão as histórias contadas por famílias guardiãs – camponesas, indígenas, quilombolas e urbanas, movimentos populares, assessoras e assessores técnicos, pessoas vinculadas à ReSA que se dedicam à conservação das sementes crioulas no Paraná.

Esta publicação, organizada em três partes, tem o intuito de partilhar conhecimentos passados de geração a geração, conservados por famílias agricultoras de diferentes regiões do estado do Paraná, ampliando a rede de guardiãs e guardiões das sementes crioulas. E, também, uma reflexão crítica sobre o processo de industrialização do campo de um lado e do trabalho incansável de preservação da agrobiodiversidade do outro. Estar em rede, organizadas e organizados nos territórios, é resistir e lutar pela continuidade da vida.

Sementes das vidas contidas:
Sementes Crioulas e transformações
socioambientais dos sujeitos

Essa cartilha, da Comissão Pastoral da Terra - Paraná, foi organizada e construída coletivamente a muitas mãos, com entidades parceiras, e quer ser um instrumento de informação e formação àqueles e àquelas que são solidários e querem se somar nas organizações e iniciativas de lutas na defesa das sementes crioulas. Ela quer ser, também, instrumento de reconhecimento de tanto trabalho e dedicação das comunidades tradicionais, originárias e camponesas com seus guardiões e guardiãs que, ao longo de décadas e séculos, têm preservado e melhorado as sementes crioulas que hoje temos. Sementes essas que são fonte de vida para a própria natureza, da produção de alimentos saudáveis e elementos indispensáveis para produzir agroecologicamente.

A cartilha pretende, ainda, estimular as comunidades à produção agroecológica e despertar o senso de responsabilidade coletiva para a prática da preservação, difusão e multiplicação das sementes crioulas, como elemento fundante de contraposição ao modelo do monocultivo. Modelo este imposto pelo mercado que o agronegócio tem explorado e cada vez mais se torna uma ameaça à soberania das comunidades tradicionais, originárias e camponesas, e ao cultivo de sementes e alimentos saudáveis. Que a semente da resistência seja plantada em cada coração solidário!



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente Interino
Dom José Ionilton

Coordenadores Nacionais
Andréia Silvério
Carlos Lima
Isolete Wichinieski
Ronilson Costa

Redação
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)
Andressa Zumpano
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0003157/GO)
Amanda Costa (Reg. Prof.: 0004075/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development and Peace



MISEREOR
• IHR HILFSWERK

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 Comissão Pastoral da Terra

CNPJ: 02.375.913/0001-18

Para doações internacionais:
IBAN: BR95 0036 0305 0452 0000 0003 860C 1

Código Swift: CEFXBRSP

Informações cpt@cptnacional.org.br

Tiragem: 3.750 exemplares



Articulação Agro é Fogo lança segunda fase do Dossiê "Agro É Fogo: Os incêndios não terminaram"

No dia 24 de novembro, a Articulação Agro É Fogo lançou, durante lives nos canais do youtube da Mídia Ninja e da Comissão Pastoral da Terra, o "Dossiê Agro É Fogo: Os incêndios não terminaram - A casa de povos e comunidades tradicionais continua queimando".

Nessa segunda fase o documento ressalta que mesmo em período de pandemia, ocorreu uma continuidade do uso do fogo como arma para expulsão das comunidades de seus territórios, endossada pelo governo Bolsonaro. Isso sustenta o avanço da grilagem de terras, do desmatamento, da destruição dos saberes tradicionais, e do alastramento da fome, da seca e da mudança climática em todo

o país. Composta por seis artigos analíticos, o Dossiê conta com a participação de movimentos sociais, organizações e especialistas que discutem, com profundidade crítica, o que está por trás da expansão das fronteiras do agronegócio e da mineração. Além disso, sete casos de conflitos exemplificam como essas problemáticas ganham forma no chão dos territórios, interferindo não só nos meios de vidas de povos e comunidades

tradicionais, como também na qualidade de vida de quem está na cidade.

Para acessar o Dossiê, acesse o site: www.agroefogo.org.br

Foto: Leandro Santos



COP 26: Bispos da Amazônia pedem compromissos "urgentes e audaciosos"

Foto: Caio Mota - APIB



Os bispos da Amazônia apelaram aos líderes mundiais que participaram da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) para que ouvissem "o grito da mãe Terra e dos pobres que sofrem com os efeitos das mudanças climáticas".

Em vídeo, os bispos pediram "compromissos urgentes e audaciosos" para combater as mudanças climáticas e proteger a Amazônia, e que "pressionassem o governo brasileiro para que se comprometesse efetivamente com a defesa dos povos originários, das florestas e das águas". A Conferência ocorreu entre os dias 31 de outubro e 12 de novembro, na cidade de Glasgow, Escócia, reunindo líderes mundiais, empresas e sociedade civil, a fim de discutir soluções para a atual crise climática. Importante destacar a presença da maior delegação indígena da história durante o evento, com 40 representantes de vários povos originários do Brasil (Repam - Brasil)

Indígenas Akroá-Gamella, vítimas de prisão arbitrária no Maranhão, são liberados

Foto: Cruupooh're Akroá Gamella



Após pressão dos Movimentos Sociais e atuação dos jurídicos do Conselho Indigenista Missionário e da Comissão Pastoral Terra, oito indígenas Akroá-Gamella foram liberados na audiência de custódia, finalizada na noite de 19 de novembro. Eles integravam o grupo de 16 Gamellas (entre eles um agente da Comissão Pastoral da Terra) presos arbitrariamente na tarde do dia 18, pela polícia militar do Maranhão. Os oito primeiros foram liberados ainda na madrugada do dia 19.

Durante a ação, os equipamentos de comunicação dos indígenas foram tomados pela polícia. Os indígenas foram presos após impedir funcionários da empresa Equatorial Energia de instalarem linhas de transmissão na área da aldeia Cajueiro, no território Taquaritiua, na

Baixada Maranhense. A liberação foi concedida de maneira irregular pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente. A situação na região é tensa e piora com a demora do governo para demarcar o território Akroá Gamella, no Maranhão. (TEIA dos Povos - Maranhão)

Mais de 600 pescadores e pescadoras artesanais de todo o Brasil participam de mobilização em Brasília

Mais de 600 pescadores e pescadoras artesanais de 15 estados participaram em Brasília de atividades de mobilização e incidência política durante a semana do Grito da Pesca Artesanal, entre os dias 21 e 25 de novembro. O evento realizado pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) teve como tema "Em defesa da vida, dos Territórios Tradicionais Pesqueiros, da Soberania alimentar e da democracia" e ganhou contornos políticos ainda mais fortes devido ao recente e excludente processo de recadastramento profissional dos pescadores, promovido pelo governo federal, que tem dificultado o acesso dos profissionais da pesca à regularização da profissão.

Ao final do Grito da Pesca, o MPP lançou Manifesto repudiando a política excludente da Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MAPA, que desconsiderou as organizações de pescadores e pescadoras artesanais no debate sobre o recadastramento das comunidades pesqueiras. "Ocupamos as ruas no dia 22 de novembro para denunciar os desmontes das políticas ambientais, da negação de direitos previdenciários e da intensificação da violência frente à privatização e mercantilização de nossos territórios.". (Assessoria de Comunicação do MPP)

Foto: Matheus Alves



MINERAÇÃO

"O lucro não vale a vida": 6 anos de impunidade do crime em Mariana (MG)

Após seis anos do que é considerado o maior crime socioambiental da história do Brasil, atingidos e atingidas ainda lutam por direitos básicos de reparação enquanto Samarco retoma atividades.

AMANDA COSTA*

Quarenta e três milhões de metros cúbicos de rejeito de minério. Dezenove pessoas mortas. Quarenta cidades de Minas Gerais e Espírito Santo afetadas. Quase dois milhões de pessoas atingidas ao longo de toda a bacia do Rio Doce, que teve o seu ecossistema condenado. São seis anos desde o maior crime socioambiental da história do Brasil. Em 05 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG) de propriedade da empresa Samarco, controlada pela Vale e pela BHP Billiton, provocou impactos que seguem impunes e ainda deixa inúmeras famílias em situação de desamparo e vulnerabilidade.

Para marcar os seis anos de impunidade, no dia 05 de novembro de 2021, cerca de 500 trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, em conjunto com o Levante Popular da Juventude e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), realizaram um ato na entrada da mineradora Samarco, na região central de Mariana. Com o lema "O lucro não vale a vida", a ação denunciou o modelo de morte da mineração implantado no país, cuja impunidade tem sido a marca diante dos crimes cometidos por empresas como a Samarco, a Vale e BHP no estado de Minas Gerais.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Cáritas Minas Gerais também reuniram os atingidos da bacia do rio Doce e da bacia do rio Paraopeba, estes afetados pelo crime de Brumadinho, em ato na Praça Minas Gerais, em Mariana. Os participantes protestaram contra o descumprimento dos acordos judiciais relacionados à reparação das condições ambientais e socioeconômicas dos territórios, à indenização das pessoas que ti-

veram seus modos de vida afetados, principalmente em relação ao acesso à água, e ainda cobraram a construção das casas destruídas.

O reassentamento dos moradores das comunidades destruídas é a medida mais urgente reivindicada pelas populações. Mais de 200 famílias de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira continuam sem ter acesso a uma casa própria. O MAB denuncia que há uma série de descumprimentos de prazos por parte da Samarco e dos advindos de decisões judiciais nos acordos realizados. De acordo com o Movimento, a última decisão judicial determinava que, em

e não há prazo para a conclusão das obras. "Nós estamos fazendo esses atos para denunciar que seis anos depois de um dos maiores crimes ambientais do país, não há justiça. A justiça não está agindo nesse processo, não há ninguém preso, não há ninguém respondendo por esses crimes e não há justiça nos territórios atingidos", afirma Letícia Oliveira, da coordenação do MAB.

Insegurança jurídica

Inúmeros atingidos pela contaminação ao longo da bacia do Rio Doce seguem não sendo reconhecidos e apenas cerca de 8.500 pessoas recebem o auxílio

em 2016 entre a Samarco, Vale, BHP Billiton, a União e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, e que estabeleceu os 42 programas de reparação de danos ambientais e a indenização por perdas e danos causados pelo crime, ocorre de forma arrastada, sem consulta aos atingidos e com uma série de descumprimentos.

Passados seis anos do crime, mais de 80 mil demandas judiciais estão na fila aguardando apreciação. Por esse motivo, em março deste ano foi solicitado que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) assumisse a mediação de um novo acordo para definir os rumos da reparação que ainda não foi colocada em prática no TTAC. As discussões sobre o acordo tratam da metodologia, do cronograma e das propostas para dar maior celeridade às ações de reparação hoje executadas pela Fundação Renova, criada para administrar as medidas previstas e custeadas pelas mineradoras.

Enquanto seu Jerônimo, atingido pelo crime e ex-morador de Paracatu de Baixo, perdeu as suas terras onde cultivava alimentos como feijão, milho, frutas e onde criava galinha, porco e gado, e segue até hoje sem o pagamento de sua indenização, em dezembro de 2020 a Samarco voltou a operar e alcançou a produção de 4,4 milhões de toneladas de minério de ferro até julho deste ano, operando com apenas 26% de sua capacidade. "Aqui a gente não tem mais a terra pra plan-

tar, não tem mais os vizinhos, não tem os amigos, porque estão todos espalhados cada um para um canto", lamenta Jerônimo.

(Com informações do MAB e do MST)



Foto - Agatha Azevedo

fevereiro de 2021, 3 reassentamentos propostos no plano de reparação deveriam estar construídos, porém, os reassentamentos de Gesteira e Paracatu de Baixo não têm nenhuma das 100 casas prometidas.

No reassentamento de Bento Rodrigues, apenas 10 moradias das 244 foram finalizadas depois de quase seis anos

financeiro emergencial com valor de um salário mínimo. Até hoje, nenhuma das empresas ou responsáveis foram punidas pelo caso, que já corre como crime de inundação, e não de homicídio ou lesão corporal, o que impede o julgamento de ir a júri popular.

O Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

AMAZÔNIA

Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico ganha versão impressa e é lançado no Amapá

A cerimônia de lançamento do Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico apresentou a versão impressa da publicação a organizações e sociedade civil, o resultado do mapeamento de conflitos em quatro dos nove países que formam a Pan-Amazônia, cobrindo 86% do território, com dados de 2017 e 2018.

MÁRIO MANZI*

A apresentação da edição ocorreu no Museu Sacaca, em Macapá, no dia 26 de outubro. Participaram da mesa de lançamento Maria Darlene Braga Martins, da coordenação da articulação das CPTs da Amazônia; Higor Pereira, da CPT Regional Amapá; Andréia Silvério, da coordenação nacional da CPT; Sâmia Picanço, liderança comunitária do Quilombo do Ambé; Júlia Lordelo, da Defensoria Pública do Estado do Amapá; e a prof. Dra. Patrícia Rocha Chaves, do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre terra e território na Amazônia - Gruter/Unifap.

Organizado pela Articulação das CPTs da Amazônia, a publicação reúne textos analíticos voltados à conjuntura de Bolívia, Brasil, Colômbia e Peru, casos emblemáticos de violação de direitos dos povos da região pan-amazônica e por um compêndio de mapas, com os dados dos conflitos trabalhados.

Em nome da CPT Regional Amapá, Higor Pereira agradeceu a presença de todas e todos, e lembrou, em fala inicial, a morte das mais de 600 mil pessoas, em decorrência da pandemia de Covid-19. Ele ressaltou, dentre as participações, a presença de representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). "A gente está aqui denunciando, resistindo, lutando, sempre com a esperança de que um mundo melhor, um outro mundo, nós podemos construir", encerrou.

Maria Darlene Braga Martins sucedeu a fala e explicou o processo de articulação internacional e entre os nove estados da Amazônia, que foi viabilizado pelos encontros ocorridos na esteira do Fórum Social Panamazônico (Fospa). Braga destacou o papel da Universidade Federal do Amapá, em especial os estudantes e professores do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre terra e território na Amazônia, no processo de sistematização dos dados e na construção cartográfica, em conjunto com o Centro de Documentação da CPT - Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT). Segundo ela, "[o atlas] tem



Foto - Mário Manzi

um objetivo único, de denunciar o latifúndio. Nós estamos aqui, porque o amanhã da Amazônia é agora."

Andréia Silvério evidenciou o papel de luta das comunidades afetadas, e incluiu a publicação como um dos instrumentos desse movimento. "Nosso papel na divulgação e elaboração do atlas é não apenas de denunciar todas essas violações, mas também de enaltecer a resistência que essas comunidades fazem diariamente, tanto no Brasil quanto em outros países."

Seguindo a fala, Sâmia Picanço, liderança comunitária do Quilombo do Ambé, fez uma análise de como a situação de conflito, que parecia distante, acabou tornando-se uma constância em sua vivência. "Eu achava que isso era tão longe de mim, que isso não iria fazer parte da minha vida. Me vi enganada. Me deparei com um conflito monstruoso", completou. "A gente luta. Eu não tenho mais medo. Eu agradeço à CPT por tudo o que conquistei, junto com meu marido, nessa luta árdua e justa, que nos jogou para o abismo. Lutar contra quem tem dinheiro e contra quem tem seus padrinhos dentro do Estado do Amapá, todos fortes, apoiando o agronegócio, é muito difícil. O agronegócio para mim, hoje, representa a morte, não só do povo da floresta, mas também a morte das pessoas que moram na cidade, porque o agronegócio envenena as matas, os rios, acaba com o sustento das pessoas."

Júlia Lordelo, defensora pública

do Estado do Amapá, falou em seguida. Ela lembrou a teórica Bell Hooks ao dizer que a CPT tem papel fundamental no "ensino da transgressão, da resistência, da pedagogia da resistência em busca da realização do projeto de vida". Lordelo analisou a morosidade das condenações em cortes internacionais, relacionadas a violações contra comunidades tradicionais. Apesar do alongamento de tempo, as condenações nas cortes internacionais são evidências de como o Brasil tem falhado com seus povos.

Encerrando a mesa, a prof. Dra. Patrícia Rocha Chaves, explicou sobre o envolvimento da academia com os movi-

mentos sociais, e diretamente na produção do Atlas. Ela analisou a questão conceitual ao qual o grupo de pesquisa se debruçou, no trabalho de construção de conceitos e, sobretudo, o processo social ao qual se procura entender, como causa - não como objeto -, citando o teórico Francisco de Oliveira. "A gente sempre vem defender a ciência, por trás dela, há paixões. Nesse sentido eu quero agradecer a todos os estudantes que colaboraram para que esse Atlas fosse apresentado hoje para vocês." Ela emendou "esse é o caminho da justiça social, é produzir ciência, uma ciência que tenha autonomia e que seja engajada politicamente".

Após a mesa, representantes de comunidades e movimentos sociais tomaram espontaneamente a fala, em um encadeamento de escuta popular. Raniere Roseira, da CPT Regional Maranhão, finalizou entoando um canto de luta e lembrando que o lançamento do Atlas é um momento de encontro para fortalecimento interno.

O evento foi transmitido pela página da CPT Nacional no Facebook em parceria com a Pascom-AP e a Arquidiocese de Macapá.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



Foto - Mário Manzi

INDÍGENAS

Relatório do CIMI revela que invasões de terras e assassinatos de indígenas aumentaram em 2020

O documento, segundo a entidade, retrata a continuidade da alta violência contra povos indígenas no Brasil, mesmo em ano marcado pela pandemia da Covid-19.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CIMI

O Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2020, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), apresenta o retrato de um ano trágico para os povos originários no país. A grave crise sanitária provocada pela pandemia do coronavírus, ao contrário do que se poderia esperar, não impediu que grileiros, garimpeiros, madeireiros e outros invasores intensificassem ainda mais suas investidas sobre as terras indígenas.

O segundo ano do governo de Jair Bolsonaro representou, para os povos originários, a continuidade e o aprofundamento de um cenário extremamente preocupante em relação aos seus direitos, territórios e vidas, particularmente afetadas pela pandemia da Covid-19 – e pela omissão do governo federal em estabelecer um plano coordenado de proteção às comunidades indígenas.

O ano de 2020 ficou marcado pelo alto número de mortes ocorridas em decorrência da má gestão do enfrentamento à pandemia no Brasil, pautada pela desinformação e pela negligência do governo federal. Esta realidade, lamentável para a população brasileira em geral, representou uma verdadeira tragédia para os povos indígenas.

Em muitos casos, o vírus que chegou às aldeias e provocou mortes, foi levado para dentro dos territórios indígenas por invasores que seguiram atuando ilegalmente nestas áreas em plena pandemia, livres das ações de fiscalização e proteção que são atribuição constitucional e deveriam ter sido efetivadas pelo poder Executivo.

O Relatório identificou que, em 2020, os casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” aumentaram, em relação ao já alarmante número que havia sido registrado no primeiro ano do governo Bolsonaro. Foram 263 casos do tipo registrados em 2020 – um aumento em relação a 2019, quando foram contabilizados 256

casos, e um acréscimo de 137% em relação a 2018, quando haviam sido identificados 111 casos.

As invasões e os casos de exploração de recursos naturais e de danos ao patrimônio registrados em 2020 repetem o padrão identificado no ano anterior. Os invasores, em geral, são madeireiros, garimpeiros, caçadores e pescadores ilegais, fazendeiros e grileiros, que invadem as terras indígenas para se apropriar ilegalmente da madeira, devastar rios inteiros em busca de ouro e outros minérios, além de desmatar e queimar largas áreas para a abertura de pastagens. Em muitos casos, os invasores dividem a terra em “lotes” que são comercializados ilegalmente, inclusive em terras indígenas habitadas por povos isolados.

Esses grupos e indivíduos atuam com a certeza da conivência – muitas vezes explícita – do governo. O caso dos povos Yanomami, Ye'kwana e Mundurucu exemplifica a estreita relação entre a ação dos invasores, a omissão do Estado e o agravamento da crise sanitária. Na TI Yanomami, onde é estimada a presença ilegal de cerca de 20 mil garimpeiros, os invasores devastam o território, provocam conflitos, praticam atos de violência contra os indígenas e, ainda, atuam como vetores do coronavírus – num território onde há também a presença de indígenas em isolamento voluntário.

As violências praticadas contra os povos indígenas e seus territórios são condizentes com o discurso e as práticas de um governo que tem como projeto a abertura das terras indígenas à exploração predatória, atuando no sentido de disponibilizar essas áreas para a apropriação privada e favorecendo os interesses de grandes empresas do agronegócio, da mineração e de outros grandes grupos econômicos. Também chama atenção o considerável aumento dos assassinatos de indígenas no Brasil. Em 2020, 182 indígenas foram assassinados – um número 61% maior do que o registrado em 2019, quando foram contabilizados 113 assassinatos.

Uma síntese deste cenário desolador pode ser indicada pelo fato de que,



Foto: Guilherme Cavalli

embora nem todos os tipos de violência tenham apresentado aumento em relação a 2019, o cômputo geral das categorias “violência contra a pessoa” e “violência contra o patrimônio indígena”, em 2020, foi o maior dos últimos cinco anos.

Violência Contra o Patrimônio

Em relação aos três tipos de “Violência contra o Patrimônio”, que formam o primeiro capítulo do Relatório, foram registrados os seguintes dados: omissão e morosidade na regularização de terras (832 casos); conflitos relativos a direitos territoriais (96 casos); e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (263 casos registrados). Os registros somam, assim, um total de 1.191 casos de violências contra o patrimônio dos povos indígenas em 2020. A paralisação das demarcações de terras indígenas, anunciada pelo presidente da República ainda durante a sua campanha eleitoral, continua sendo uma diretriz de seu governo. Das 1.299 terras indígenas no Brasil, 832 (64%) seguem com pendências para sua regularização. Destas, 536 são áreas reivindicadas pelos povos indígenas, mas sem nenhuma providência do Estado para dar início ao

processo administrativo de identificação e delimitação.

Violência Contra a Pessoa

Em 2020, os dados de “Violência contra a Pessoa”, sistematizados no segundo capítulo do Relatório, foram os seguintes: abuso de poder (14); ameaça de morte (17); ameaças várias (34); assassinatos (182); homicídio culposo (16); lesões corporais dolosas (8); racismo e discriminação étnico cultural (15); tentativa de assassinato (13); e violência sexual (5). Os registros totalizam 304 casos de violência praticadas contra a pessoa indígena em 2020. Este total é maior do que o registrado em 2019, quando foram identificados 277 casos.

Os estados com o maior número de assassinatos de indígenas em 2020, segundo os dados obtidos junto à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e a secretarias estaduais de saúde, foram Roraima (66), Amazonas (41) e Mato Grosso do Sul (34). Infelizmente, os dados fornecidos pela Sesai e pelos estados não apresentam informações detalhadas sobre as vítimas e nem as circunstâncias destes assassinatos, o que inviabiliza análises mais aprofundadas.

DADOS PARCIAIS 2021

Dados parciais da CPT: Violência contra ocupação e a posse, assassinatos de sem-terras e mortes em consequência dispararam em 2021

O Centro de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) - Dom Tomás Balduino (Cedoc/CPT) apresentou no Dia Internacional dos Direitos Humanos (10), os Dados Parciais dos Conflitos no Campo referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de agosto de 2021. Com exceção das categorias de assassinatos e de mortes em consequência, que dizem respeito às violências contra a pessoa, e que aqui apresentamos as ocorrências até o presente momento.

CRISTIANE PASSOS*

Em 2021, de acordo com os dados parciais, houve um aumento no número de famílias envolvidas nos Conflitos por Terra em 3,55%, apesar de haver diminuição do número de conflitos deste tipo. As ações de resistência dos povos, comunidades tradicionais e movimentos sociais, voltaram a subir, após o descenso do primeiro ano de pandemia. Os acampamentos passaram de 2, entre os meses de janeiro e agosto de 2020, para 3, no mesmo período de 2021, com um aumento de 291% no número de famílias envolvidas. O número de famílias em ocupações e retomadas registrado em 2021, teve um aumento de 558,57%, passando de 519 para 3.418, o que já corresponde a mais que o dobro do número total de famílias registrado em todo o ano de 2020 (1.391). Isso mostra que mesmo com o receio de contaminação pela Covid-19, essas famílias precisaram resistir para manter-se vivas e nos territórios tradicionalmente ocupados. A ofensiva contra os povos do campo, das águas e das florestas não entrou em quarentena.

Em 2021, 418 territórios sofreram "Violência Contra Ocupação e a Posse". Desses, 28% são territórios indígenas; 23% quilombolas; 14% são territórios de posseiros; 13% são territórios de sem-terras, entre outros. A "destruição de casa" aumentou 94%, "destruição de pertences" 104%, "expulsão" 153%, "grilagem" 113%, "pistolagem" 118% e "impedimento de acesso às áreas de uso coletivo" aumentou 1.057%. Todos esses dados, registrados entre janeiro e agosto deste ano, já ultrapassam os dados de todo o ano de 2020.

Entre as categorias que mais causaram Violências Contra a Ocupação e a Posse: Fazendeiro (23%), Empresário (18%), Governo Federal (14%), Grileiro (13%). A categoria Garimpeiro passou de 3% em 2020 para 6% em 2021. O salto desta categoria também foi registrado em Conflitos pela Água, tendo passado de menos de 1%, em 2020, para 5% em 2021.



Foto: Thomas Bauer

Violência contra a Pessoa: triplica o assassinato de sem-terras e mortes em consequência dispararam

Em 2021, foram registrados até o momento 26 assassinatos relacionados a conflitos no campo. Comparado com todo ano de 2020, já representa um aumento de 30% de assassinatos no campo.

Das 26 vítimas de assassinatos, 8 eram indígenas, 6 sem-terra, 3 posseiros, 3 quilombolas, 2 assentados, 2 pequenos proprietários e 2 quebradeiras de coco babaçu. Em relação a 2020, o número de indígenas e quilombolas assassinados se manteve igual. O número de sem-terras triplicou, passou de 2 em 2020 para 6 em 2021. Todos os quilombolas assassinados em 2021 (3) eram do Maranhão, o estado com o maior número de assassinatos no ano (9), cerca de um terço do total registrado até o momento.

Todos os 6 sem-terra assassinados foram mortos na Amazônia, dentre os quais, 5 foram mortos em Rondônia. Todos integrantes da Liga dos Camponeses Pobres. 3 deles foram mortos em um Massacre no dia 13 de agosto, pelo Batalhão

de Operações Especiais (BOPE) da PM de Rondônia e pela Força de Segurança Nacional, no Acampamento Ademir Ferreira, em Nova Mutum, distrito de Porto Velho. Esse foi o único massacre registrado pela CPT, até o momento, em 2021. O conflito na região continua muito tenso. O número de posseiros assassinados passou de 1 em 2020, para 3 em 2021, e de assentados de 1 em 2020 para 2 em 2021.

Das 103 mortes em consequência registradas até o momento em 2021, 101 foram de indígenas yanomamis. Em 2020, o Cedoc registrou 15 mortes em consequência entre os Yanomamis. Todas as vítimas eram crianças. Das 101 mortes em consequência de Yanomamis registradas em 2021, não é possível extrair, de acordo com as fontes, o número exato de crianças, mulheres e homens que morreram em consequência de conflitos no campo. Isso ocorre pois a fonte de pesquisa não fornece tais informações especificadas. Mas, das 101 mortes, temos informações de que pelo menos 45 eram crianças. A maior parte destes dados foi apresentada no II Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'Kwuana, ocorrido entre 4 e 7 de setembro de 2021, na região da Tabalascada, município do Cantá, ao norte de Roraima. Há, inclusive,

grande dificuldade em estabelecer as datas exatas de ocorrência destas mortes.

Nos primeiros oito meses de 2020, foram registradas 768 Manifestações de Luta, com a presença de 365.526 pessoas. No mesmo período em 2021, foram 1278 Manifestações de Luta, com a presença de 360.781 pessoas. Comparando os dois anos observa-se o aumento de 66,40% no número de Manifestações de Luta e uma redução de 1,29% do número de pessoas presentes em tais manifestações. Ações de Solidariedade representaram 382 "Manifestações de Luta", que corresponde a 29,89% do total de Manifestações de Luta realizadas em 2021. O Paraná foi o estado em que mais ocorreram ações de solidariedade (91), seguido de Pernambuco (55), Alagoas (33), São Paulo (27), entre outros.

Amazônia Legal

Os indígenas continuam sendo as maiores vítimas dos Conflitos por Terra na Amazônia Legal. Porém, eles passaram de 42% das vítimas em 2020, para 33% em 2021. Da mesma forma, os quilombolas passaram de 24% em 2020, para 19% em 2021. Em contrapartida, aumentou a violência contra posseiros, sem-terras e assentados na região. Em 2020, 13% das vítimas de violência em conflitos por terra eram posseiros, 10% sem-terra e 4% assentados. Em 2021, passa a ser 19,5% de posseiros, 12% de sem-terra e 7% assentados. Fazendeiros (30%) e grileiros (14%) são os maiores causadores dessas violências na Amazônia Legal.

Dos 26 assassinatos registrados em 2021, 20 ocorreram na Amazônia Legal. 77% do total. Em relação à violência contra a ocupação e a posse na região, os números são alarmantes. 93% do total de famílias vítimas de grilagem de janeiro a agosto de 2021 foram na Amazônia.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Maior ação de reintegração repete os rastros do Ma

Cinco trabalhadores rurais sem-terra foram mortos somente em 2021 no estado. Denúncias apontam a criminalização e perseguição da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) pela Polícia Militar de Rondônia.

ANDRESSA ZUMPARO*

"Todas as violações de direitos humanos foram constatadas", assim descreve Lenir Correa, advogada da Associação Brasileira de Advogados do Povo (Abrapo), acerca do tratamento dado pelo Estado de Rondônia às 600 famílias do Acampamento Tiago Campin dos Santos, que enfrentaram duas violentas reintegrações de posse entre 2020 e 2021.

Uma delas intitulada como "a maior operação de reintegração de posse do estado de Rondônia", em frase dita pelo Segundo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, Alexandre Almeida, durante coletiva de imprensa.

Iniciada no dia 19 de outubro de 2021, a operação Nova Mutum, que contou com mais de 400 policiais militares, realizou uma série de despejos contra camponeses pertencentes à Liga dos Camponeses Pobres (LCP), na região conhecida como Ponta do Abunã, no estado de Rondônia.

O principal alvo da operação foram os camponeses pertencentes à LCP, mais precisamente, o grupo que reside no Acampamento Tiago Campin dos Santos e Ademar Ferreira. Local onde entre os dias 20 e 21 de outubro, cerca de 300 famílias foram despejadas de suas casas, perdendo todos os seus pertences e produções.

Em 28 de setembro de 2021, foi expedido mandado de manutenção de posse da Fazenda Norbrasil e Gleba Arco-Íris, localizados na BR 364, km 976, de Porto Velho (RO), logo após a antiga Vila Mutum Paraná, solicitando reforço policial considerável. Segundo os camponeses, essa é uma área pertencente à União e adquirida em processo de grilagem pela empresa LEME Empreendimentos LTDA, que tem como sócios os irmãos Antônio Martins dos Santos e Sebastião Martins dos Santos, o primeiro, conhecido

como "Galo Velho", o maior grileiro do estado.

A operação contou com uma série de irregularidades, dentre elas, a manutenção do despejo contra as famílias, mesmo após pedido de suspensão executado pelo Supremo Tribunal Federal. Ainda no dia 20, a ministra Carmen Lúcia, despachou a liminar Reclamatória Constitucional n.º 50084, suspendendo a reintegração de posse na área.

Mesmo com a suspensão da liminar, a Secretaria de Segurança Pública do Estado emitiu ordem de permanência para os policiais que estavam na área, acarretando uma série de retaliações e o assassinato de mais dois camponeses da LCP, somando 5 mortes no estado somente em 2021.

No dia 29 de outubro, policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar de Rondônia, assassinaram Gedeon José Duque e Rafael Gasparini Tedesco mortos na região de Nova Mutum, local onde ocorreu a operação.

Violência policial

"Eles nos deram 15 minutos para pegar só o necessário nos barracos, senão o pior poderia acontecer... não deixaram a gente pegar os alimentos, os documentos foram todos queimados e nossos barracos destruídos". Esse é um dos inúmeros relatos feitos pelos camponeses da LCP, que preferem não ser identificados por questões de segurança.

Os depoimentos foram recolhidos durante Missão de Solidariedade promovida pela Abrapo e pelo Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos (Cebraspo), que ocorreu entre os dias 26 e 27 de outubro, reunindo diversas organizações de direitos humanos, entre elas a Comissão Pastoral da Terra (CPT) regional Rondônia, Defensoria Pública do Estado de Rondônia e Ministério Público, a fim de apurar denúncias sobre o caráter violento da reintegração de posse no Acampamento Tiago dos Santos, ocorrida no dia 19 de outubro. A Missão, que contou com mais

de 18 organizações, denunciou o rastro de violência e a ausência de um plano de remoção para as 300 famílias camponesas despejadas na ocasião.

Os camponeses contaram que a reintegração de posse ocorreu durante a noite, dificultando a organização e recolhimento dos pertences. Na ocasião, as 300 famílias despejadas foram levadas para uma escola municipal localizada na Vila da Penha, deslocadas em um transporte que, segundo depoimentos, foi pago pelo latifundiário.

Chegando ao local, as famílias se depararam com uma total ausência de infraestrutura, com condições precárias de alojamento, sem água potável e comida. Como resultado, 80% das pessoas apresentaram problemas de saúde, afetando especialmente crianças e idosos, que precisaram ser levadas ao hospital da cidade de Nova Mamoré.

Organizações sociais e Defensoria Pública do Estado (DPE) de Rondônia denunciaram que houve total descumprimento do protocolo obrigatório para reintegrações de posse, sem um plano de remoção para as famílias, como também a ausência da chamada "Mesa de Diálogo", que foi instituída através do Decreto nº 20.868 de 12 de maio de 2016, com a finalidade de promover debates e negociações para prevenir, mediar e solucionar de forma justa e pacífica os conflitos em matéria socioambiental e fundiária.

O retorno ao Acampamento

Por ocasião da Missão de Solidariedade e após a liminar de suspensão do despejo emitida pela Ministra Cármen Lúcia, os trabalhadores e trabalhadoras sem-terra da LCP decidiram retornar ao Acampamento Tiago Campin dos Santos, no dia 26 de outubro. No entanto, foram surpreendidos por um grande aparato po-

licial ao chegar na área. Os policiais portavam fuzis e muitos não possuíam identificação.

O cerco policial contava com tropas da PM-RO, Força Nacional, Patrulhamento Tático Móvel (PATAMO), Grupo Especial de Fronteira (GEFRON) e até mesmo um helicóptero do Núcleo de Operações Aéreas (NOA). Os militares abordaram o comboio de camponeses e apoiadores que participavam da Missão, exigindo uma reunião de negociação entre advogados dos camponeses, o procurador da República Raphael Bevilaqua, Ouvidoria Externa da DPE, Comissão de Direitos Humanos da OAB/RO, para a entrada das famílias na área.

Foto: Andressa Zumpano



As advogadas e advogados que atuam em defesa da Liga, relataram que durante a negociação, a PM-RO elencou uma série de condições para o retorno dos camponeses à área, entre elas: revista pessoal em mulheres, homens e crianças, revistas nos veículos e pertences de todos e fotografia dos documentos e rostos dos que iriam entrar, além do registro de RG, CPF e número do lote em que a pessoa residia.

Somente no dia seguinte, 27/10, após pernoitar na estrada em condições de vulnerabilidade, a Polícia Militar autorizou a entrada das 300 famílias que foram despejadas, sob as condições acima citadas. "Isso aqui é uma humilhação muito grande. Pessoas passando mal aí, mulhe-

NO CAMPO

Massacre de Corumbiara

Grilagem de Terras

Foto: Andressa Zumpano

res gestantes, crianças, sem água, sem alimentação", relatou um dos camponeses que preferiu não ser identificado.

Entenda o caso

Em junho de 2020, 600 famílias levantaram o Acampamento Tiago Campin dos Santos, que está localizado nas fazendas NorBrasil e Arco-Iris, em Nova Mutum, Distrito de Porto Velho (RO), parte de um grande latifúndio de mais de 57 mil hectares, cujo suposto proprietário seria a empresa Leme Empreendimentos Ltda, de propriedade de Antônio Martins dos Santos, o "Galo Velho".

A ocupação feita pelos camponeses ocorreu de modo a pressionar o INCRA pela titulação das terras para fins de reforma agrária. Pois, segundo a Liga, esta é uma propriedade da União, que atualmente encontra-se como um latifúndio improdutivo.

Dois meses após a ocupação da Fazenda, os conflitos se acentuaram, com o assassinato de dois policiais de reserva na região. No dia 03 de outubro de 2020 é assassinado perto do Acampamento Tiago dos Santos os policiais da reserva: Tenente José Figueiredo Sobrinho e Sargento Rodrigues, da Força Tática do 5o Batalhão da PM. Os camponeses passaram a ser acusados, sem qualquer prova concreta, de terem executado os policiais.

A partir de então, se inicia uma dura ofensiva contra o Acampamento, resultando na primeira tentativa de expulsão dos camponeses no dia 10 de outubro de 2020, quando cerca de 300 policiais militares realizaram reintegração de posse na área, em condições similares à que ocorreu um ano depois, em 19 de outubro de 2021.

Outros episódios violentos marcaram o processo de criminalização e perseguição sofrido pelos camponeses da Liga no estado de Rondônia. No dia 13 de agosto de 2021, após violenta operação policial, três trabalhadores, dois deles membros da mesma família, foram assassinados na área do acampamento Ademar Ferreira, vizinho ao acampamento Tiago dos Santos.

Na ocasião, os camponeses Ama-



rildo Aparecido Rodrigues e seu filho, o jovem Amaral José Stoco Rodrigues, foram alvejados com tiros efetuados por policiais armados com fuzis, enquanto trabalhavam em suas roças. Em seguida, o mesmo operativo policial, a poucos metros dali, executou o jovem Kevin Fernando Holanda de Souza, que passava de moto na estrada.

Grilagem de Terras

Antonio Martins dos Santos, o Galo Velho, coleciona uma série de denúncias relativas à grilagem de terras em Rondônia. Em 2020, foi alvo da Operação Amicus Regem, que investiga fraudes na desapropriação de terras no estado.

A investigação aponta que a organização criminosa envolvendo servidores públicos, advogados e empresários, entre eles Antônio Martins e seu irmão, proprietários da Leme Empreendimentos LTDA, utilizavam-se de pagamento indevido a servidores do judiciário, fraudando processos relativos às desapropriações de imóveis rurais no estado. A ORCRIM realizou pagamento de R\$330 milhões de reais, realizado por meio de precatórios, alvarás judiciais e títulos da dívida agrária.

O grileiro responde em liberdade pelos crimes de constituição e participa-

ção em organização criminosa, peculato, corrupção passiva e ativa, falsidade documental, invasão de terras públicas e lavagem de capitais.

Corumbiara se repete

As organizações presentes na Missão de Solidariedade também denunciaram que policiais que participaram do Massacre de Corumbiara, permanecem no alto-comando da Polícia Militar do Estado. Oito trabalhadores sem-terra foram mortos na ocasião, incluindo uma criança: Vanessa dos Santos Silva. Isto reflete na recorrente criminalização dos camponeses, nas violentas operações, como as que ocorreram no último ano nas áreas de acampamento da LCP, e no número alarmante de assassinatos no ano de 2021, incluindo um novo massacre, ocorrido em 13 de agosto de 2021.

Do Estado ao latifúndio, a violência avança

A violência estatal contra comunidades e territórios tradicionais é produto do avanço do latifúndio na atual conjuntura, que se desdobra não só na destruição ambiental, mas no aumento da violência armada e das ameaças contra a vida de camponesas e camponeses.

Se em Rondônia a segurança privada de fazendeiros e grileiros se dá com a atuação direta das forças militares do Estado, no Maranhão e Pará a violência ocorre através de milícias rurais armadas. Pistoleiros que atuam a mando de latifundiários para pressionar a expulsão de comunidades quilombolas e acampamentos sem-terra.

Pará

No dia 03 de novembro, um grupo de aproximadamente vinte homens encapuzados e armados invadiu o Acampamento São Vinícius, em Nova Ipixuna, no sudeste do estado. Segundo relato de moradores,

os pistoleiros atearam fogo nas barracas e espancaram homens e mulheres. Um menino de 11 anos chegou a correr para a mata e só foi encontrado horas depois. Outros camponeses conseguiram fugir e buscar apoio e atendimento médico na cidade.

As oitenta famílias que vivem às margens da Fazenda Tinelli se dedicam ao extrativismo de açaí e castanha, e plantam mandioca para subsistência. No momento do ataque, havia em torno de quarenta pessoas, já que muitas saíram para trabalhar, num esquema de rodízio. "Tudo foi destruído; nem nos deram chance", afirmou um camponês.

Maranhão

No dia 09 de setembro, três tratoristas e homens contratados por um ruralista do Paraná invadiram o território quilombola de Tanque da Rodagem, no município de Matões, derrubando mata nativa, árvores frutíferas e roças, através da técnica do "correntão", para arrasto

da vegetação. A comunidade bloqueou a MA-262 no dia seguinte (11/09) em resistência e defesa ao território. Na ocasião, os quilombolas impediram os jagunços de se apropriarem dos tratores para continuar com a destruição do Cerrado. Os fazendeiros envolvidos no conflito iniciaram uma série de retaliações, com ameaças diretas a lideranças e bloqueio das vias de acesso ao quilombo.

O conflito mobilizou uma rede de solidariedade em aliança com a Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão. Foi erguido no local o Acampamento "Reviver Fátima Barros", que contou com a presença de mais de cinquenta pessoas, vindas de diversas comunidades do estado. Entre os presentes, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas e os povos indígenas Tremembé, Akroá Gamella, Krenyê.

CERRADO

Tribunal Permanente dos Povos (TPP) discute injustiça hídrica e racismo ambiental contra os povos do Cerrado em Audiência das Águas

CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO

Entre os dias 30 de novembro e 01 de dezembro, das 8h30 às 12h00, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado realizou, de forma virtual, a Audiência Temática das Águas no âmbito do Tribunal Permanente dos Povos (TPP) em Defesa dos Territórios do Cerrado. A primeira sessão temática do TPP foi transmitida ao vivo pelo canal do YouTube da Campanha.

O foco da audiência foi a escuta das denúncias de apropriação privada das águas do Cerrado pelo agronegócio, e sua contaminação pela mineração como processos provocadores de injustiça hídrica e racismo ambiental contra os povos. Neste sentido, em razão do seu caráter sistêmico no tempo e no espaço, as apropriações e contaminações contribuem para o ecocídio do Cerrado e para a ameaça de genocídio cultural dos povos que dele dependem para manter seus modos de vida.

Nos dois dias de audiência, os membros do júri ouviram os depoimentos e testemunhos de representantes e assessores/as dos casos em que essas denúncias tiveram mais evidência. O júri também ouviu relatores e relatoras de acusação sobre a sistematização dessas denúncias.

Dez dias após a Audiência Temática, no dia 10 de dezembro, o júri realiza uma manifestação pública com as primeiras reações em relação a esta fase do processo instrutório, que constituirá um insumo para a audiência final.

Para Gianni Tognoni, secretário do TPP, a primeira sessão temática deste Tribunal coloca em evidência a relação estreita entre a vida da terra, da água e dos povos. "O fato de unir no mesmo tema, de maneira formal, o ecocídio de um lado, e do outro o genocídio cultural dos povos, evidencia um dos desafios

do direito internacional atual, que possui categorias bastante restritas e insuficientes para enfrentar as interações entre as violações entre o meio ambiente e as violações contra a própria existência das pessoas", afirma Tognoni.

Os casos

Os dois dias de Audiência Temática das Águas apresentaram seis casos no total, três em cada encontro. No dia 30 de novembro foram conhecidos os casos dos Territórios Tradicionais de Fecho de Pasto e Ribeirinhos na Bacia do rio Corrente, no Cerrado baiano, que enfren-

teiram a barragem da Mina de Córrego do Feijão, da Vale, que se rompeu em Brumadinho em janeiro de 2019; o testemunho de comunidades Geraizeiras de Vale das Cancelas, norte de Minas Gerais, que estão sob ameaça de perda do território, contaminação e supressão das águas por conta da instalação de um megaempreendimento minerário da empresa Sul Americana de Metais (SAM) na região; e depoimentos da comunidade camponesa de Macaúba, do município de Catalão, Goiás, impactada pela contaminação de suas águas por empreendimentos minerários de nióbio

em razão da invasão dos territórios, contaminação por agrotóxicos e desmonte das políticas de reforma agrária e de comercialização da produção camponesa.

A terceira e última audiência temática antes da audiência final terá como tema "Terra e Território", e acontecerá de 7 a 9 de junho do próximo ano. O foco do evento serão as violações e ameaças ao direito à posse e propriedade da terra/território e ao direito à autodeterminação, provocados por processos de desmatamento e grilagem de terras públicas e a imposição de grandes



Foto: Campanha Nacional em Defesa do Cerrado

projetos de "desenvolvimento", ao mesmo tempo em que não avançam processos de titulação de terras indígenas e territórios quilombolas e tradicionais da região.

Para saber mais sobre as atividades, acesse a programação oficial do TPP no site www.tribunaldocerrado.org.br

Sobre o TPP

Laçado no último dia 10 de setembro, o Tribunal Permanente dos Povos é uma instância de tribunal de opinião que procura reconhecer, visibilizar e ampliar as vozes dos povos vítimas de violações de direitos. O Tribunal

existe para suprir a ausência de uma jurisdição internacional competente que se pronuncie sobre os casos de violações contra os povos.

O tribunal conta com um júri multidisciplinar, escolhido a cada nova sessão e de acordo com os casos apresentados. Os membros do júri são reconhecidos por sua independência e pela experiência em relação aos temas analisados. São membros da academia, juristas, jornalistas, artistas, lideranças populares e religiosas, entre outros.

tam o agronegócio irrigado nos gerais; os casos dos povos indígenas Krahô-Takaywrá e Krahô Kanela, no Araguaia tocantinense, impactados pelo Projeto Rio Formoso de monocultivos irrigados; e o caso dos veredeiros de Januária, norte de Minas Gerais, que enfrentam a degradação ambiental e hídrica promovida por empresas do complexo siderúrgico e florestal. Já no dia 1 de dezembro, o júri ouviu depoimentos da Comunidade Ribeirinha Cachoeira do Choro, do município de Curvelo, Minas Gerais, que enfrenta a contaminação do rio com

e fosfato da Mosaic Fertilizantes e China Molybdenum Company (CMOC).

Próximas audiências

A Audiência das Águas é a primeira audiência temática da fase instrutória do júri do Tribunal. A segunda acontecerá nos dias 15 e 16 de março de 2022, e terá como tema a Soberania Alimentar e Sociobiodiversidade. O foco dessa audiência serão as denúncias sobre a desestruturação dos sistemas agrícolas tradicionais, o aumento da fome e as ameaças à saúde coletiva

MEMÓRIA

Há 50 anos Pedro era ordenado bispo

No passado dia 23 de outubro, o grupo Amigos da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), junto com a CPT, CIMI e outras entidades, realizaram uma live comemorando os 50 anos da ordenação episcopal do bispo Pedro Casaldáliga e do lançamento de sua Carta Pastoral “Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”. Participaram do evento pessoas que estiveram presentes na cerimônia, e outras pessoas que se identificaram com o modelo de igreja implantado por Pedro e sua equipe.

ANTÔNIO CANUTO*

A sobrinha de Pedro, Glória Casaldáliga, lembrou como a família reagiu naquele momento, e mostrou o anel que os amigos da Espanha haviam enviado a Pedro, e que ele enviara à sua mãe. Muitos, de países latino-americanos, expressaram sua admiração por este profeta de nosso tempo. A irmãzinha Elizabeth de Jesus que, ao lado de alguns Tapirapé, participou daquele ato, disse: “Pedro foi como a fâisca enviada por Deus para fazer eclodir toda esta indignação acumulada”.

Um bispo diferente

Foi no memorável 23 de outubro de 1971, que Pedro foi ordenado bispo da recém-criada Prelazia de São Félix do Araguaia.

Foi uma cerimônia que se realizou na maior catedral do mundo, tendo as constelações estelares como abóbada e o rio Araguaia fluindo mansamente ao lado.

Foi uma cerimônia que se encaixou no espírito de renovação do Concílio Vaticano II.

Tudo o que, na figura do bispo, poderia significar poder, foi substituído: a mitra por um chapéu de palha, o báculo por um remo, o anel por um anel de tucum.

Em aquele ato foi difundida a Carta Pastoral “UMA IGREJA DA AMAZÔNIA EM CONFLITO COM O LATIFÚNDIO E A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL”, que chamou a atenção da Igreja e da sociedade. Era um documento que fazia um retrato da região com sua situação geográfica, social e pastoral, que identificava a composição populacional da região, formada basicamente por posseiros, indígenas e peões, além de outros grupos minoritários. A presença do latifúndio, que se impôs a tudo e a todos, alavancado pelos incentivos fiscais do governo da ditadura, e os conflitos que gerou com indígenas, posseiros e peões, estes submetidos a condições análogas à



Foto: Arquivo CPT

escravidão, ocuparam a maior parte das páginas, e Pedro ainda mostrou como era a política local, a falta de assistência básica e a má distribuição administrativa. Concluiu com o “Grito desta Igreja” onde diz:

“Nada dessa terra ou desses homens nos é indiferente. Denunciamos fatos vividos e documentados. Quem achar infantil, distorcida, imprudente, agressiva, dramatizante, publicitária, a nossa atitude, entre na sua consciência e leia com simplicidade o Evangelho; e venha morar aqui, neste sertão, três anos, com um mínimo de sensibilidade humana e de responsabilidade pastoral... A injustiça tem um nome nesta terra: o Latifúndio. E o único nome certo do Desenvolvimento aqui é a Reforma Agrária”.

Repercussão nacional

O Boletim “Notícias”, da CNBB, referiu-se à Carta como “um documento cheio de dores”. E quando a CNBB disponibilizou a Carta à opinião pública, foi grande a repercussão. Jornais de quase todos os estados noticiaram a existência deste documento e alguns publicaram parágrafos inteiros do mesmo.

No dia 11 de novembro, o “Jornal do Brasil”, do Rio de Janeiro, publicou um editorial intitulado “Denúncia do Bispo”,

em que dizia: “Não há dúvida de que o documento do Bispo de São Felix não pode cair no vazio. Surge num momento de certo modo propício e fere um tema que está nas cogitações das autoridades, empenhadas em integrar um país de proporções continentais, como é o nosso”.

Já “O Estado de São Paulo”, defensor e porta-voz dos latifundiários publicou um editorial com o título “A Má Fé e a Demagogia deste Bispo” (OESP 13/11/71), e o “Jornal da Tarde”, também de São Paulo, “A Injustiça do Documento sobre a Amazônia” (JT 15/11/71).

Ao mesmo tempo o presidente da FUNAI e o Ministério do Interior negaram-se a comentar a carta.

Já a SUDAM, através do coronel Igrejas Lopes, qualificou o documento como “subversivo” e “caluniador” (Jornal do Brasil, 11/11/1971). A “Folha do Norte”, de Belém, reproduziu as críticas do coronel, com a seguinte chamada: “Bispo Sem Fé Para Igrejas” (11/11/1971).

O presidente do INCRA, José Francisco Cavalcanti, disse que “as denúncias representam uma realidade que deverá ser modificada em breve, com as iniciativas já estruturadas de discriminação de terras” (Jornal do Brasil, 12/11/1971).

Um senador do Mato Grosso afirmou que “jamais teve conheci-

mento de trabalho escravo no estado e que ali “reina paz social” (Folha de São Paulo, 11/11/1971). Já o governador, José Fragelli, disse que “o bispo exagerou ao denunciar injustiças” (O Globo, 16/11/1971).

Dom Ivo Lorscheiter, secretário-geral da CNBB, rebateu as críticas do Coronel Igrejas Lopes, qualificando o documento como “limpo, preciso e imparcial”. “É muito fácil dizer o que o coronel Igrejas disse, quero ver ele provar como fez o Bispo de São Félix” (Jornal da Tarde, 12/11/1971).

Fazendeiros tentaram contestar as denúncias feitas pelo bispo. Um deles, o dr. Seixas, um dos diretores da Codeara (grande latifúndio em Santa Terezinha - MT) e vice-presidente da Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia procurou, em Brasília, funcionários do INCRA para buscar neles apoio para processar o bispo como louco.

A Carta foi considerada uma afronta à política do governo para a Amazônia. Assim, todas as ações da Prelazia passaram a ser vigiadas mais de perto. Muitos agentes federais, sob os mais diferentes disfarces, alguns se fazendo passar por mendigos, depois reconhecidos portando divisas em seus uniformes militares, circulavam pela região para encontrar possíveis ligações da Prelazia com a Guerrilha do Araguaia.

Até dentro da própria Igreja houve restrições à Carta, como estampou Pedro no livro “Creio na Justiça e na Esperança”, pg 54: “Nestes dias um teólogo ‘oficial’ da CNBB, dizia no Rio a um grupo de Secretários dos Regionais da mesma CNBB, que eu ia entrar ‘numa fria’ com a Santa Sé, por causa de algumas expressões do meu documento e porque, além disso ‘já se sabia que a Pastoral havia sido escrita por um grupo esquerdista de São Paulo”.

Na opinião de muitos, esta carta foi um marco na história da Igreja do Brasil, pela coragem da denúncia. Foi traduzida para diversos idiomas.

MULHERES

Feminismos Negro: de nós para nós

LINALVA CUNHA CARDOSO SILVA*

“(...)mas quando estamos em silêncio nós ainda temos medo. Então é melhor falar Tendo em mente que não esperavam que sobrevivêssemos.”
Audre Lorde

O convite para construir essa escrita sobre o Encontro das agentes da CPT, ocorrido em novembro de 2021, de forma remota, me fez, ainda que rapidamente, tecer uma reflexão sobre duas questões: Primeiro, será que daria conta de trazer a memória do encontro? Será que conseguiria externar todas nossas sentimentalidades nesse espaço? E, antes que tudo isso viesse para o papel, realmente me perguntei se seria capaz de fazer alguém ler esse texto com base nas construções que fizemos enquanto agentes da CPT. Gosto de pensar, ler, pesquisar para, só então, trazer qualquer análise para sua concretude. Isso realmente tem a ver com o medo de não estar enquadrada nos padrões de uma escrita enxuta, com coerência e coesão. Mas também, com o compromisso que firmo comigo no desafio de escrever e pensar que, mesmo sendo uma tarefa considerada árdua, aprender a arte da escrita só é possível para todos que a praticam dia após dia.

O “MEDO DE ESCREVER”, frase citada por Brígida Rocha (agente pastoral da CPT/MA), no encontro a que me refiro, tem uma relação com a epígrafe que abre nosso texto. São dois movimentos que externam o receio pela negação contínua de um/a outro/a ser e sobre a sua necessidade de garantir o PODER de falar, ainda que seja um ser que muitos pensem que não “existe”.

A necessidade de falar de nós para nós é uma proposta que surge dessa diversidade de saberes, de curiosidades e de autoconhecimento de uma identidade marcada por silenciamento, negação, estigma, estereótipos, preconceitos e discriminação racial. Por exemplo, a temática por nós abordada no último encontro “O feminismo negro”, surgiu dessa ligação do pensamento teórico enquanto elemento que se aglutina com nossas abordagens práticas. E, ao mesmo tempo, nos chama para refletir sobre as diferenças e semelhanças de nós, agentes, com a luta pelo poder falar, enquanto mulheres, negras, da zona rural ou não, analfabeta ou não, pobres ou não. A ideia de sairmos de nos-

sa zona de conforto nos pedia muito mais que uma reflexão sobre conceitos, categorias, sentimentos e vivências, ela nos pedia insurgência.

Portanto, trazer para nosso encontro a experiência do feminismo negro vivenciado por duas mulheres negras (Brígida Rocha e Valéria Lourenço), em diálogo com a experiência de tantas outras mulheres que se encontravam presentes e aquelas que estão nos territórios, diz muito sobre que feminismos e pastoralidade estamos dispostas a construir e viver dentro e fora da CPT. Como compartilhar nossas dores e alegrias com as mulheres

pisamos diante dos conflitos que enfrentamos em diversos territórios, a partir da realidade desse espaço branco, heteronormativo, machista e patriarcal que, muitas vezes vai nos enquadrando em classificações que objetificam nossos corpos. Não permitir que continuemos coisificada no imaginário da sociedade é romper com essa ideia violenta de sermos vistas como “as outras das outras” (KILOMBA, 2019).

O essencial é que este jeito de fazer luta construindo mudanças sociais, culturais e políticas nos leve a pensar que, “o corpo é associado a ter um corpo e não a ser um corpo” (LE BRETON, 2001). Ser

condenadas a carregá-las (KILOMBA, 2019). Essa memória, tão caracterizada pela cor de nossa pele, pelos julgamentos pré-concebidos que enquadram nossos corpos e nossa mente, criando episódios que nos classificam como estranhas nesse não lugar da sociedade.

E o que seria para nós pensarmos esses corpos negros dentro de uma pluralidade institucional de pastoralidade? O que o/a outro/a pensa e fala, mas não reflete sobre o que dizemos e pensamos no cotidiano das dores sentidas? Que diversidades (mulheres, negras, brancas, trans e lésbicas) são passíveis de serem pautadas, frente a nossa realidade? Como descolonizar nossos ouvidos para pensar essa interseccionalidade presente em nosso meio? Seria esse meio de fazer levantar das mulheres e seus feminismos para mitigarmos a influência do capitalismo sobre nossos corpos?

Não sabemos ao certo como isso pode e deve se desdobrar na prática, mas fica em nós o fato que “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (DAVIS, Salvador, julho de 2017). Mudar a base social estando sob o jugo dela nos chama a essa insurgência necessária. Como fazer isso? Não há receita pronta, mas há indícios de que uma luta individualizada não dará conta de alcançarmos os resultados almejados em nossas ações cotidianas, dentro e fora de instituições heteronormativas.



Foto: CPT Alagoas

do/no campo, face suas pluralidades identitárias nos territórios? De que modo podemos falar, enquanto coletivo, sobre os diversos feminismos, numa perspectiva de território com as mulheres que acompanhamos?

Em nosso debate, a reflexão sobre feminismo camponês a partir das lutas do Movimento de Mulheres Camponesas nos fortaleceu no desejo de pensarmos sobre esse lugar de sujeito e objeto no qual sempre fomos colocadas. Ora por conta do gênero, ora por conta da raça, ora por conta da classe social. E, se é assim, em que momento o branco não mais falará por nós? E a quem compete tais dificuldades de falar de nós e assumir o lugar do dizível enquanto ato político e revolucionário? Tais questões nos remete a pensar o chão que

corpo que sente, que trabalha, que vive, e que nos ajuda a descolonizar essa ideia de objetificação classificatória da sociedade que gera em nosso cotidiano situações absurdas, como a questão do cabelo, da pele, da sexualidade. E, isto tem um peso nas memórias marcadas pela opressão e escravização vividas pelas nossas ancestralidades, trazendo na história uma continuidade de traumas, ainda que esquecidos em nosso subconsciente.

É fato que o feminismo negro não consegue dar conta das especificidades das mulheres negras e, principalmente, das mulheres de diferentes territórios e biomas que acompanhamos. Pois, aquilo que não se pode evitar lembrar e nem se pode esquecer enquanto uma memória plantada, se faz presente em nossas gerações,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVIS, Angela – Plenária no dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, 25 de julho em Salvador/BA, 2017.

LA BRETON: -. David. Adeus ao corpo: antropologia e sociedade. Campinas: Papiros. 2003. 240 p. Estudos de Sociologia. Rev. do Progr. de Pós Graduação em Sociologia da tJFPE. v. 12. n. 1. p. 181-189

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano, Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

*Agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Regional – Maranhão. Licenciada em História e Mestre em Nova Cartografia Social e Política da Amazônia.



Presidente do Chile decreta militarização de zona em conflito com Mapuches

O presidente do Chile, Sebastián Piñera, decretou no dia 12 de outubro a militarização "por grave alteração da ordem pública" e o estado de exceção em uma região do sul, onde há décadas ocorre um conflito territorial com indígenas mapuches, que se agravou nos últimos tempos.

O decreto abrangia as províncias de Biobío e Arauco, na região de Biobío, e as províncias de Malleco e Cautín, em La Araucanía, e, com uma duração de 15 dias, seria prorrogável por mais duas semanas. Para uma terceira prorrogação será necessária a autorização do Congresso.

Estas e outras áreas no sul sofreram recentemente uma onda de violência, com ataques frequentes a máquinas agrícolas e terras, blo-



Foto: Martin Bernetti - AFP

queios de estradas, greves de fome de presos indígenas e tiroteios com vítimas. De acordo com números ofi-

ciais, os incidentes policiais aumentaram 94% nos primeiros seis meses de 2021.

Muitos desses episódios fazem parte do conflito mapuche, que coloca o Estado chileno contra o principal grupo indígena do país, que reivindica as terras que habitam há séculos e que agora pertencem majoritariamente a grandes empresas agrícolas.

No dia 24 de novembro, o Congresso do Chile aprovou um novo pedido do presidente Sebastián Piñera para estender o estado de exceção e militarização em vigor há mais de um mês. Na Câmara, a disposição foi aprovada com 80 votos a favor, 53 contra e 6 abstenções, enquanto no Senado recebeu 16 votos a favor, 14 contra e uma abstenção. Assim, a medida permanece vigente por mais 15 dias, a partir de 26 de novembro. (Agência EFE e APF)

Ortega é eleito na Nicarágua para quarto mandato e EUA ameaçam sanção

Frente Nacional Sandinista, do atual presidente Daniel Ortega, venceu com 75% dos votos, diz Conselho Supremo Eleitoral.



Foto: Oswaldo RivasReuters

O Conselho Supremo Eleitoral (CSE) da Nicarágua anunciou no dia 08 de novembro, os resultados das questionadas eleições presidenciais realizadas no dia 7 no país. Segundo o órgão oficial, a Aliança Unida Nicarágua Triunfa, liderada pela Frente Nacional Sandinista, venceu o pleito com 75% dos votos.

A Nicarágua votou em eleições questionadas e descritas como "uma paródia" por observadores internacionais. Nessas eleições, foram escolhidos presidente e vice-presidente, 90 deputados da Assembleia

Unidos, União Europeia, Organização dos Estados Americanos (OEA) e Nações Unidas, por considerarem que não existem condições para eleições justas, democráticas e bem observadas.

Também foi marcado pelo cancelamento de três partidos políticos que fariam parte da opositora Coalizão Nacional e Aliança Cidadã, bem como a prisão de 39 líderes da oposição entre 28 de maio e 21 de outubro – sete deles aspirantes à Presidência. (CNN com informações da Reuters)

Nacional e 20 deputados do Parlamento Centro-americano.

O presidente Daniel Ortega conquista sua terceira reeleição e o quarto mandato consecutivo. Outros cinco partidos lançaram candidaturas presidenciais.

O atual governo é criticado pela prisão de líderes da oposição. Além disso, o processo eleitoral é questionado por Estados

Senado do Chile rejeita impeachment de Piñera

Oposição não consegue reunir dois terços dos votos necessários para afastar presidente do cargo, a apenas cinco dias da eleição presidencial

O Senado do Chile rejeitou no dia 16 de novembro a chamada "acusação constitucional", como é conhecido no Chile o pedido de impeachment que visava a cassação do mandato do presidente Sebastián Piñera, acusado de corrupção.

O bloco de oposição ao governo não conseguiu reunir os dois terços de votos necessários (29 de um total de 43) para aprovar o impeachment, que tinha sido encaminhado ao Senado no dia 09 de novembro pela Câmara dos Deputados, que aceitara a abertura do julgamento político.

No âmbito da série de reportagens Pandora Papers foi revelado em outubro que a família do presidente chileno vendeu suas ações no megaprojeto de mineração Dominga, numa transação num paraíso fiscal em 2010, poucos meses depois de Piñera iniciar seu primeiro mandato.

A venda estava condicionada a uma cláusula secreta: a não criação de uma área de proteção ambiental na região de atuação da mineradora, o que de fato ocorreu, por determinação de Piñera. (Deutsche Welle)

PÁGINA BÍBLICA

Ainda sobre João

SANDRO GALLAZZI*

Veremos agora como a comunidade de João, conhecida como comunidade do "discípulo amado", conseguiu responder a estes desafios.

A primeira parte do Evangelho, até o capítulo 12 inclusive, resume toda a polêmica com o mundo judaico, em tons realmente pouco ecumênicos. Jesus discute muitas vezes com os fariseus, assumindo a distinção definitiva entre os dois grupos. Temos certeza do calor da polêmica..

"Por isso João é o primeiro a atribuir diretamente aos fariseus a responsabilidade pela condenação de Jesus à morte". (Jo 18,3)

"O Evangelho começa com um prólogo que apresenta o conflito entre a luz e as trevas, entre a palavra e o mundo, entre a casa e os seus, mostrando como as trevas, o mundo e a casa não souberam receber a novidade que é Jesus". (Jo 1,1-18).

"Mas a todos que receberam esta palavra deu-lhes o poder de virem a ser filhos de Deus... E a palavra se fez carne e armou sua tenda entre nós". (Jo 1,13-14)

A PALAVRA é JESUS e não um livro ou uma lista de livros. A TENDA é JESUS e não a tenda do templo.

E a novidade é que nós que cremos somos filhos de Deus como ele, que é o UNIGÊNITO. Deus gerou um único filho, Jesus e nós com ele!

Segue a narração simbólica da primeira semana de Jesus, onde é formado o grupo de Jesus que não nasce pelo chamado direto de Jesus (o único diretamente chamado foi Filipe: Jo 1,43), mas pelo testemunho de um a outro: de

João Batista para João e André, de André para Pedro, de Filipe para Natanael... mostrando a dinâmica do anúncio que a comunidade tem que renovar:

"Encontramos o Messias: é Jesus, o filho de José, de Nazaré". Não há discursos que provem isso, apenas um convite: VENHAM E VERÃO! (Jo 1,41-45 - Jo 1, 39 - 46).

Esta primeira semana termina, no sétimo dia, em Caná, durante uma festa de casamento, quando as talhas de pedra que continham a água da purificação passarão a conter o vinho novo da festa, vinho muito melhor do que aquele que

havia acabado. Antes e depois da HORA de Jesus. Antes não há vinho, só purificações e preocupação; depois há vinho, festa, alegria (Jo 2,1-12).

João desenvolve de maneira muito inteligente esta polêmica, colocando Jesus sempre em Jerusalém, sempre no templo, sempre durante as grandes festas.

1.2.1 O difícil diálogo com os rabinos de Jâmnia

1.2.1.1 A primeira Páscoa (2,13-4,46)

Antes da hora de Jesus, há um templo, sacrifícios, cambistas, sacrifícios pelo pecado... nada da memória libertadora que era a Páscoa, mas apenas uma "casa de negócios". Agora um novo templo que é o próprio corpo de Jesus e um novo culto que não passará

mais por altares e muros sagrados, mas que será uma *adoração em espírito e verdade* (Jo 4,24).

Nesta festa, Nicodemos, o único fariseu com quem Jesus dialoga, mas de noite. Para ele, a notícia que João quer dar a todos os fariseus de boa vontade que estão

los fariseus (Jo 4,42-53).

1.2.1.2. Pentecostes (5,1-47)

Antes da hora de Jesus, encontramos uma piscina com um nome lindo: Betesda (= casa da misericórdia). Mas a lei (os cinco pórticos a simbolizam) matou a misericórdia.

O parálítico continua sem poder andar porque ninguém o põe nas águas: no sábado é proibido carregar pesos! Jesus quebra a lei: "carrega o teu leito". A vida volta: "levanta-te e anda!" Os fariseus, em sua cegueira, só vêem a cama carregada e condenam o homem que agora anda. Qual é o sentido do sábado e do trabalho? "Meu pai trabalha sempre e eu também trabalho!"

1.2.1.3. A segunda Páscoa (6,1-71)

Antes da hora de Jesus, eis a fome do povo e a tentação messiânica de proclamar rei aquele que pode resolver nossos problemas. Ouçamos a censura de Jesus: "Vocês não me procuram porque viram os sinais, mas porque comeram pão até fartar-se". Depois, a proposta libertadora: O pão sou eu, que dou a vida para todos. Este é o pão que todos nós temos que comer, o sangue que temos que beber, para alcançar a vida. Assumir a decisão de não esperar reis milagrosos, mas tomar a decisão de dar nossa vida para que todos a tenham. "Vocês também querem ir embora?"



querendo fazer renascer o judaísmo em Jâmnia (Jo 3, 1 - 21):

Se não nasceres de novo, do alto, não poderás ver o Reino de Deus... (Jo 3, 3 - 16).

Porque assim Deus demonstrou seu AMOR ao mundo, entregando seu Filho único, para que todos que nele crêem tenham a VIDA ETERNA.

Esta é a novidade que até os samaritanos e os romanos chegam a aceitar, mas que será rejeitada pe-

EXPERIÊNCIA

"Semeando Resistências": CPT realiza ações de troca de sementes crioulas no Paraná

Em busca da garantia de soberania alimentar e territorial, as ações de solidariedade durante a pandemia têm se intensificado, entre elas, a troca de sementes crioulas e mudas para plantio e reflorestamento dos territórios.

ANDRESSA ZUMPANO*

Desde o ano 2000, a Comissão Pastoral da Terra no Paraná realiza feiras de trocas de sementes, tendo sua primeira experiência entre os romeiros da Romaria da Terra, no município de Cruz. Esse primeiro momento consolidou a iniciativa, que ganhou forças e se tornou base no trabalho da Pastoral da Terra junto às comunidades, principalmente nas áreas de reforma agrária, territórios tradicionais e indígenas.

A experiência se fortaleceu através da construção coletiva, e diversas organizações sociais, iniciativas autônomas e individuais também passaram a ser parceiras da CPT-PR e integrar essa rede.

Esse fortalecimento e construção de um compromisso coletivo, passou a impulsionar ações cada vez mais integradas e comprometidas com o bem-viver e a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais. Entre essas ações, destacam-se as Jornadas de Agroecologia, que, desde o ano 2000, são realizadas no estado, e passaram a ser também um espaço não só de debate, leitura, troca de experiência, intercâmbio, mas também fomentador da troca, produção e multiplicação das sementes crioulas.

Esse aprendizado se consolida com os saberes e costumes tradicionais. Segundo Isabel Diniz, coordenadora da CPT-PR, "no decorrer do processo, foi se estimulando e motivando que para além de colheita, das festas da agricultura, das festas camponesas existentes nas comunidades, fosse adquirido o hábito também de realizar nesses eventos as feiras de troca de sementes."

Isabel destaca o quanto a iniciativa cresceu, desde o seu início, até o período pré-pandemia. "O fato é que ao fecharmos o ano de dois mil e dezenove, nós realizamos, organizamos e participamos de trinta e três festas e feiras de troca de sementes no Paraná. Estávamos bas-

tante animados, empenhados nisso, tanto que inclusive essa questão das sementes, a produção, a multiplicação das sementes crioulas, ela passa a ser uma linha de ação forte da Comissão Pastoral da Terra no Paraná".

Pandemia

Inúmeras experiências movidas pelos povos e comunidades tradicionais foram afetadas durante a pandemia. No regional Paraná, estava prevista para o ano de 2020 a Romaria da Terra com a troca de sementes crioulas como tema central.

e parceiros junto às comunidades e povos tradicionais. Veio então o desafio de como fazer o aproveitamento das sementes crioulas que estavam prontas para o plantio de 2020, e que seriam distribuídas durante a Romaria da Terra e demais festas de trocas de sementes no estado.

A articulação propôs a realização de um convênio para aquisição e distribuição das sementes das guardiãs e guardiões pelo estado. Isabel relata como ocorreu a ação: "Nós fizemos um exercício de reunir guardiãs mulheres, em agosto de 2020, na casa comunitá-

riu que era possível reunir as sementes e fazer chegar. Então ao entregar também cestas de alimentos, nós entregávamos mudas e sementes, principalmente para as hortas solidárias, para as áreas de quintal nas áreas de ocupação da periferia. Foi uma experiência muito bonita, casada também com outras ações de solidariedade."

Essa atividade iniciou-se a partir da articulação entre CPT-PR e demais organizações sociais. Posteriormente, foi consolidada uma parceria com o Ministério Público do Trabalho, através da RESA - Rede Sementes da Agroecologia -, realizada em duas etapas, entre os meses de setembro e outubro de 2020.

O convênio conseguiu distribuir cinquenta e sete toneladas de sementes crioulas por todo o estado, entre elas: feijão, arroz, milho e leguminosas e mudas de batata, salsinha, inhame, cará, banana, juçara, palmito e diversas plantas frutíferas. A distribuição ocorreu entre comunidades tradicionais, indígenas e áreas urbanas, com o compromisso de que cada setor produzisse e devolvesse novas sementes para redistribuição.

Isabel destaca a grandiosidade e importância dessa ação durante a pandemia, para povos tradicionais, indígenas, áreas de reforma agrária e periferias urbanas, garantindo a soberania alimentar e

territorial de populações que estão em constante ameaça com a expansão do agronegócio no estado. "Então nós queremos dizer que essa é uma experiência fantástica que também propiciou esse intercâmbio, diálogo campo e cidade, e a valorização da luta pela terra."

Para o futuro, pretende-se a construção de uma nova casa comunitária das sementes crioulas, além da elaboração de novos projetos, a partir da CPT-PR, trazendo o acúmulo desta experiência exitosa durante a pandemia.



Foto: Internet

"Nossa trigésima terceira Romaria da Terra do Paraná seria na perspectiva de celebrar as vidas nas sementes, pegando ali todo o desafio do tema da Campanha da Fraternidade. A Romaria seria na região centro-sul do Paraná, no município de Fernandes Pinheiro, dentro da sétima festa regional das sementes crioulas, que é uma região de incidência de muitos guardiões e guardiãs de sementes, de muita produção de semente inclusive na contraposição do monocultivo do tabaco, que faz muito uso de agrotóxico nesta região", conta Isabel.

Com a pandemia, foram suspensas todas as atividades da CPT-PR

ria de sementes da Associação Brasileira de Amparo à Infância, lá em Mandirituba. Veio então, ainda no período de pandemia, todo mundo, mas com muito cuidado. Conseguimos reunir mudas e sementes de trinta e oito guardiãs vindas de dezesseis comunidades, das cinco grandes regiões do estado. Reunimos esse material, fizemos uma celebração e cada entidade, grupo, levou as sementes para suas regiões. Essas sementes foram distribuídas em algumas terras indígenas, para os faxinalenses, para áreas de reforma agrária e para algumas experiências de hortas solidárias nas periferias da cidade. Foi uma experiência que a gente

Foto: João Ripper



Mensagem de Natal

O Natal é o encontro com aqueles que amamos: indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, moradores de rua, escravizados, sem teto, sem-terra, sem trabalho, migrantes, refugiados, trabalhadores assalariados, marginalizados, excluídos e com todos aqueles e aquelas que nos convocam a ESPERANÇAR.

Esperança que encontra na fonte de uma criança rejeitada, pois não havia lugar nas hospedarias para ela nascer. (Lc 2,7).

Feliz Natal! Um Ano Novo sem ódio, sem medo e de lutas e transformações!

Esses são os votos da CPT!

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal,
 Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 - Comissão Pastoral da Terra
 CNPJ: 02.375.913/0001-18
 Informações cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica
 9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA